



ID 737: ESPERANÇA DE VIDA DOS LUGARES NO PINHAL INTERIOR SUL¹⁶²

Nuno SOARES¹; Fernando MARTINS²; Rui Pedro JULIÃO³; Daniel NASCIMENTO⁴; Miguel SILVA⁵

¹CICS.NOVA / NOVA FCSH; nhpsoares@fcs.unl.pt

²CICS.NOVA / NOVA FCSH; fermar@fcs.unl.pt

³CICS.NOVA / NOVA FCSH; rpi@fcs.unl.pt

⁴DGPR / NOVA FCSH; danifmn26@gmail.com

⁵DGPR / NOVA FCSH; migmsilva@hotmail.com

RESUMO: Nas áreas rurais do interior de Portugal continental, um número considerável de lugares têm vindo a registar sucessivos decréscimos da sua população residente. Esta saída de residentes, associada a elevadas taxas de mortalidade e baixas taxas de natalidade, num quadro de progressivo envelhecimento da população, têm originado decréscimos significativos no número de habitantes, sobretudo nos lugares de menor dimensão. Com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística analisámos o comportamento da população residente por lugar durante trinta anos (1981-2011), em cinco municípios do interior centro (ex- NUT III Pinhal Interior Sul), para aferir o seu tempo de vida expectável. Ou, se preferirmos, a sua “esperança de vida”, conceito usualmente aplicado para “determinar o número aproximado de anos que um determinado grupo de indivíduos nascidos num mesmo ano irá viver, se mantidas as mesmas condições desde o seu nascimento” (INE). A adaptação deste conceito a lugares suscita diversas questões: a) Qual será qual o número aproximado de anos de vida que um lugar terá se as condições demográficas se mantiverem? b) E poderemos estimar o número de gerações em cada lugar até ele deixar de ter residentes? c) E qual o melhor método para fazer essa estimativa? A resposta a estas questões dependerá naturalmente das variáveis e dos pressupostos incluídos no modelo adoptado. Isto, considerando sempre que a(s) tendência(s) demográfica(s) da(s) última(s) década(s) se manterão, o que é, claramente, uma simplificação e uma generalização conceptual. O que apresentamos é uma análise do comportamento da população por lugar, a partir de representações gráficas da sua “esperança de vida”, numa leitura prospectiva de identificação de padrões de comportamento espacial. Este trabalho incide na criação de cenários para as próximas décadas, aspecto essencial para compreender a grave situação de decréscimo populacional de extensas áreas do interior do país e se poder agir.

PALAVRAS-CHAVE: Despovoamento; Interior; Cenarização

¹⁶² Apoio do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade NOVA de Lisboa, no âmbito do projeto UID/SOC/04647/2013, apoiado pela FCT/MCTES através de Fundos Nacionais.



1. INTRODUÇÃO

A distribuição da população residente em Portugal continental caracteriza-se por um padrão espacial fortemente marcado por assimetrias *litoral / interior* e *Norte / Sul*, a que poderíamos acrescentar também *centros urbanos* de maior dimensão / *aldeias rurais* do interior. A situação não é nova e, se excluirmos algumas (poucas) excepções, década após década essas assimetrias têm vindo a manter-se – a ritmos diferenciados – e, em alguns casos, a acentuar-se. A faixa litoral entre Braga e Setúbal, e em menor escala o Algarve litoral, concentram cada vez maior número de residentes, enquanto no restante território continental apenas algumas vilas e cidades têm aumentado a sua população.

A cada vez menor atractividade do interior, onde faltam actividades que gerem empregos e fixem ou atraiam população mais nova, estão na primeira linha do problema, mas o progressivo envelhecimento da população associado à incapacidade de renovação das gerações, agravam ainda mais a situação.

O problema tem sido sentido com particular intensidade nos lugares pequenos e isolados do interior que, década após década, têm vindo a perder grande parte dos seus habitantes. E nem mesmo a chegada de um número significativo de pessoas num período de poucos meses, como aquando do fluxo de retorno das ex-colónias, com a chegada a Portugal, em 1975, de 500 mil a 700 mil pessoas, segundo dados do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (AMARO, R., 1985:607) – em que a população portuguesa terá crescido “talvez 7%” (BARRETO, 1996:39) – conseguiu travar (apenas amenizar) essa tendência de decréscimo.

Em consequência dessa situação, vários lugares já perderam os seus residentes enquanto outros continuam a definhir para semelhante destino, se as actuais condições se mantiverem.

O objectivo deste trabalho é o de aferir qual a esperança de vida dos lugares dos municípios de Mação, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei que, entre 1986 e 2015 constituíram a designada NUT III Pinhal Interior Sul, já desaparecida em consequência de uma alteração legislativa. Um exercício desta natureza tem associado um conjunto de problemas relacionados, nomeadamente, com a disponibilidade / ausência de dados estatísticos e com o método de cálculo utilizado. Contudo, o maior problema tem a ver com a imprevisibilidade do comportamento da população residente cuja variação futura depende de inúmeros factores, muitos deles aleatórios e resultado de decisões pessoais e familiares. Trata-se, portanto, de um exercício exploratório, que aplicamos em cinco municípios – e em breve esperamos estender a outras regiões. Consideramos este trabalho de grande interesse; primeiro como alerta para a gravidade da evolução da situação demográfica que se verifica em inúmeros lugares do interior do país, de que os municípios do



Pinhal Interior são um bom exemplo; depois, pela urgência de medidas efectivas, para tentar minorar ou resolver o problema, que tardam em aparecer.

2. O PINHAL INTERIOR SUL

O Pinhal Interior Sul localiza-se no interior centro de Portugal continental e é delimitado a norte e a oeste pelo rio Zêzere com três importantes albufeiras (Castelo de Bode, Bouçã e Cabril), a sul pelo rio Tejo que lhe serve de fronteira natural e, a leste, pelas serras de Muradal e Padraqueira. Este território é atravessado por dois importantes eixos rodoviários: A23 e IC8.

Do ponto de vista físico apresenta uma morfologia típica das áreas de xisto e um coberto vegetal composto na sua grande maioria por extensas áreas de pinhal e eucaliptal, a maioria devastado pelos incêndios florestais. Só o grande incêndio de 2017, que se iniciou no município da Sertã e alastrou aos municípios de Proença-a-Nova e Mação, queimou neste último quase metade da sua área florestal, além de habitações e diversas instalações. Do ponto de vista demográfico as principais características são o progressivo envelhecimento da população e o seu decréscimo na generalidade dos lugares.

Trata-se de um território com características marcadamente rurais, com um povoamento concentrado em pequenos lugares, excepto na área mais a nordeste (freguesia de Cernache do Bonjardim, concelho da Sertã) onde predomina a dispersão. As sedes de município, que são os núcleos com maior número de residentes, não excediam os 3 000 habitantes em 2011 (Sertã 2291; Proença-a-Nova 2217; Oleiros 1054 e Vila de Rei 444 hab.). Nenhuma sede de freguesia atingia os 600 habitantes.

Tabela 154 População residente nos municípios do Pinhal Interior Sul, entre 1911 e 2011| Fonte: INE

| | 1911 | 1940 | 1960 | 1970 | 1981 | 1991 | 2001 | 2011 |
|-----------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Mação | 16 036 | 20 073 | 19 045 | 14 920 | 12 234 | 10 060 | 8 442 | 7 338 |
| Oleiros | 11 919 | 13 874 | 15 553 | 13 110 | 10 183 | 7 767 | 6 677 | 5 721 |
| Proença-a-Nova | 13 384 | 17 461 | 17 552 | 13 805 | 11 953 | 11 088 | 9 610 | 8 314 |
| Sertã | 22 594 | 26 765 | 27 997 | 23 846 | 21 503 | 18 199 | 16 720 | 15 880 |
| Vila de Rei | 7 334 | 8 367 | 7 568 | 6 209 | 4 654 | 3 687 | 3 354 | 3 452 |
| Total | 55 231 | 66 467 | 68 670 | 56 970 | 48 293 | 40 741 | 36 361 | 33 367 |

Os dados disponíveis da população residente dos últimos cem anos (Quadro I) permitem-nos perceber a gravidade da situação. O máximo populacional foi registado em 1960 quando ultrapassou os 68 600 habitantes. Desde essa data já perdeu quase metade da população (49%), cerca de 35 300 habitantes, passando a densidade populacional de 36,0 hab./km² para apenas 17,5 hab./km².



Foi a pensar nestes aspectos que procurámos, através de uma metodologia simples, e, tendo em consideração apenas a variação da população residente nas últimas três décadas (1981-2011), tentar aferir quais os lugares que poderão vir a desaparecer nas próximas gerações. Considerámos geração o intervalo temporal de 25 anos.

3. ASPETOS METODOLÓGICOS

A tentativa de aferir a evolução da população residente por lugar nas próximas décadas para, a partir daí, se estimar a esperança média de vida desses lugares pressupõe que, previamente, se definam e garantam um conjunto de pressupostos estatisticamente válidos, sem os quais não será possível obter resultados credíveis.

O primeiro pressuposto é o da garantia da existência de dados fiáveis da população residente por lugar, só possíveis de obter a partir dos recenseamentos decenais da população do Instituto Nacional de Estatística (INE), a única fonte de informação disponível. A este propósito, à informação compilada para trabalho anterior (Martins, 2011), acrescentaram-se os dados do último recenseamento de 2011, tendo sido possível reunir dados para um período de cem anos (de 1911 a 2011).

O segundo pressuposto é o da garantia da coerência no critério de selecção dos lugares para estudo, atendendo a que o conceito de lugar (condição para que conste nos dados publicados nos recenseamentos) foi variando ao longo do tempo. Nuns censos o critério foi o de ter pelo menos dez habitantes; noutros (desde 1994), o de haver “dez ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria” (INE, 1994), mesmo que a população residente fosse inferior. Sempre que os critérios definidos não se cumpriam, o dado não é referenciado e a sua população incluída na categoria de “isolados”. Uma novidade do último recenseamento (2011) foi a de, pela primeira vez, incluir lugares com apenas dois ou três habitantes e também lugares que deixaram de ter residentes (população igual a zero).

Em outros casos a não referenciação de alguns lugares deveu-se à agregação de dois ou mais lugares num só, pelo critério da proximidade geográfica. Foi por exemplo o caso dos lugares de Monte Cimeiro de S. Bento e Monte do Meio de S. Bento (lugares da freguesia de Cardigos, concelho de Mação) que no recenseamento de 2011 surgem pela primeira vez referenciados como Casais de S. Bento. Na sequência da alteração de critérios para a referenciação de informação por lugar verificam-se falhas nas séries de dados disponíveis, nuns casos relativamente fáceis de superar através de métodos simples utilizados na Estatística (ex. população média), noutros impossíveis de reconstituir.



Verificam-se também situações de lugares com séries de dados longas (80 a 90 anos) que, sem razão aparente, deixaram de vir referenciados no recenseamento de 2011; não que tivessem desaparecido ou sido agregados a outros mas apenas devido à reorganização da base de recolha da informação. Face à diversidade de situações encontrada nos dados dos recenseamentos definiram-se os seguintes critérios:

- a) Consideraram-se neste estudo apenas os lugares que vêm referenciados no último recenseamento do INE, independentemente do valor da sua população. Destes, seleccionaram-se apenas os que entre 2001 e 2011 perderam população (fig. 1). Excluíram-se as sedes de município.
- b) Dos lugares seleccionados excluíram-se todos aqueles que não vinham referenciados nos recenseamentos imediatamente anteriores e que, por essa razão, não permitiam a análise da variação da população residente nas últimas três décadas;
- c) Sempre que as séries de dados permitiram reconstituir a ausência de informação para determinado ano, mas existiam dados nos recenseamentos imediatamente anterior e posterior, reconstituiu-se o valor em falta a partir da média aritmética desses dados;
- d) Como o objectivo desta análise era aferir a esperança de vida dos lugares, excluíram-se, para efeitos de cálculo, todos os lugares que registaram acréscimos de população na última década. Tal facto não significa que estes lugares não apresentem riscos de decréscimo da população residente, mas apenas que não é possível avaliar o tempo de vida desses lugares com base nos dados disponíveis.

Com base nos critérios referidos seleccionaram-se para análise 403 lugares. O exercício exploratório de determinação do comportamento da população residente destes lugares baseou-se na aplicação do método da Recta de Regressão de X em Y , em que X é a “variável controlada” (neste caso a população no ano inicial) e Y a variável resposta” (a população residente em função do tempo). Como referem Pestana e Dinis (2010: 160) “procuramos exprimir a variável dependente Y em função da variável independente X , em que $Y = f(x)$ ou seja, uma função linear dada por $Y = ax+b$.”

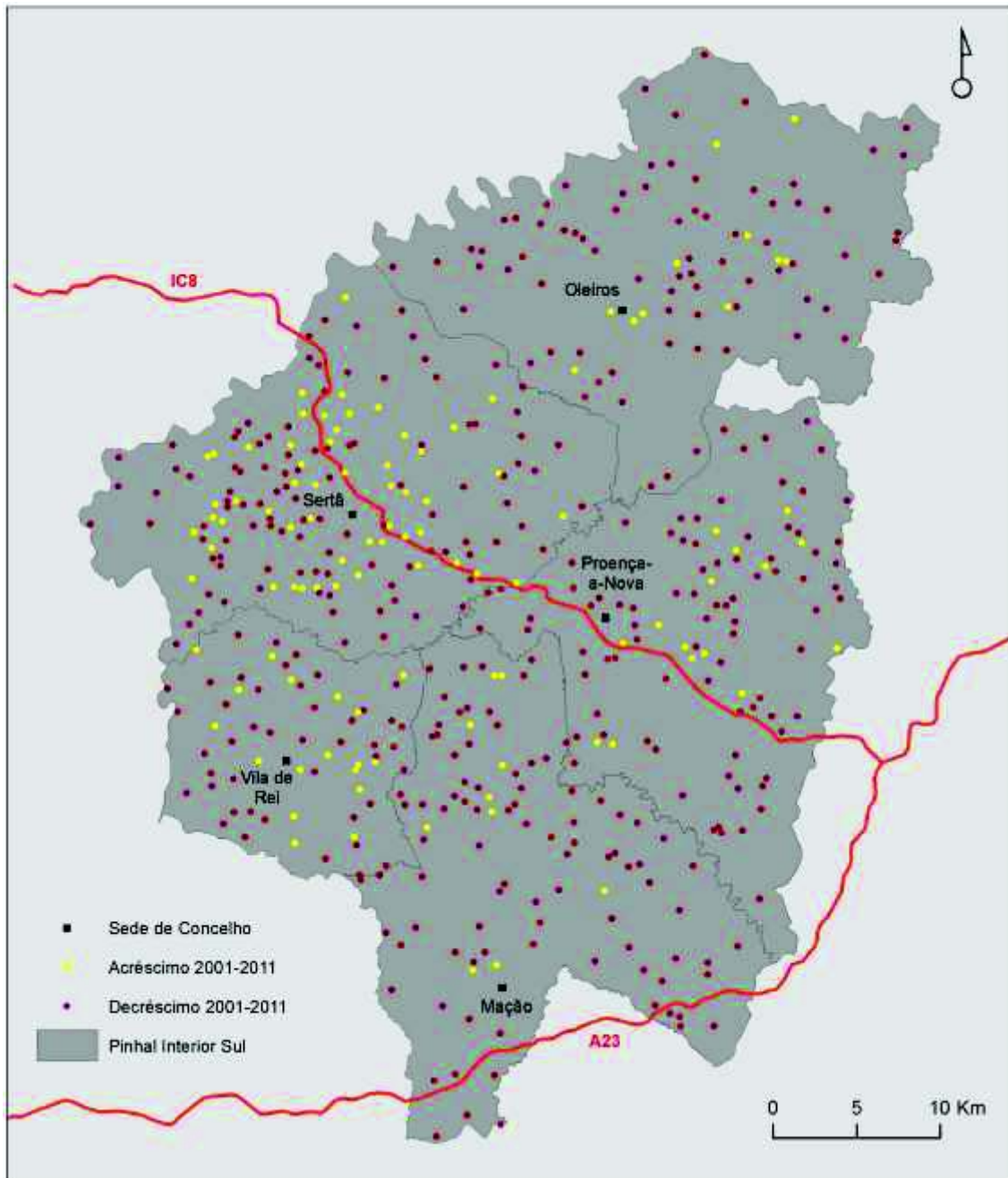


Figura 350 Lugares com acréscimo e decréscimo populacional entre 2001 e 2011

A fórmula habitualmente utilizada para determinar o valor da população de um determinado país ou região num determinado ano é a da taxa de variação média, dada pela fórmula $V_n = V_0 (1+r)^n$ em que V_n é o valor da população que se pretende obter em determinado ano; V_0 o valor da população do ano de referência, r a taxa de variação considerada constante e n o número de anos necessários para obter esse valor de população. Acontece que esta fórmula não se adequa a situações em que os valores de população sejam muito baixos. Por este facto optámos por não apresentar os resultados obtidos por este método estatístico, preferindo a opção anteriormente referida ($Y = ax+b$).

4. RESULTADOS

A análise estatística das variáveis X e Y nos períodos correspondentes à população por lugar das últimas três décadas (1981 e 2011) revelam a muito forte intensidade da relação ($r = 0,915$) (Fig. 2), em que 83,7% da variação de Y depende da variação de X . Comprova-se assim a existência de relação linear e a validade do método utilizado.

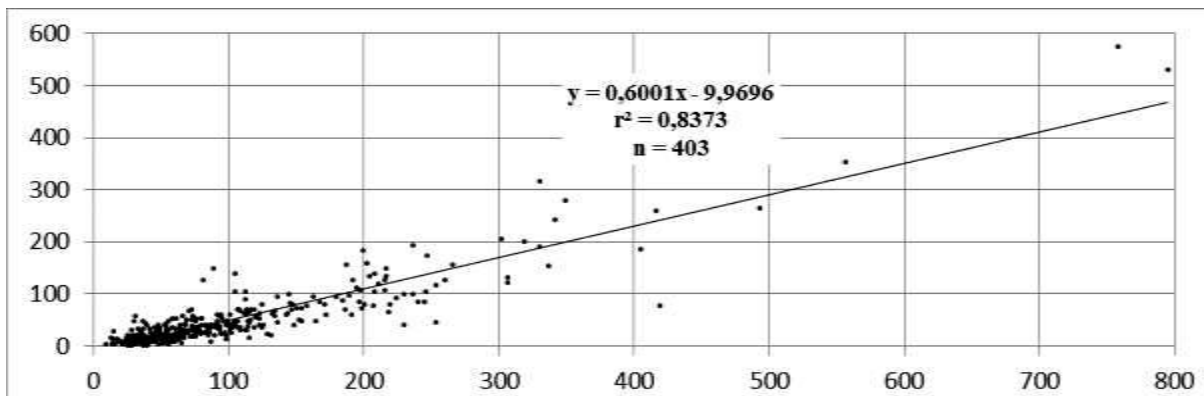


Figura 351 Relação estatística das variáveis analisadas nas últimas três décadas (1981-2011)

Os resultados da aplicação da metodologia referida revelam uma situação muito preocupante nos cinco municípios (fig. 3). Dos 403 lugares analisados identificaram-se 299 (74%) com risco de desaparecer numa geração e 74 outros lugares (18%) na geração seguinte. Ou seja, prevê-se que três em cada quatro lugares analisados deixarão de ter residentes até 2036 e nove em cada dez lugares no horizonte até 2061.

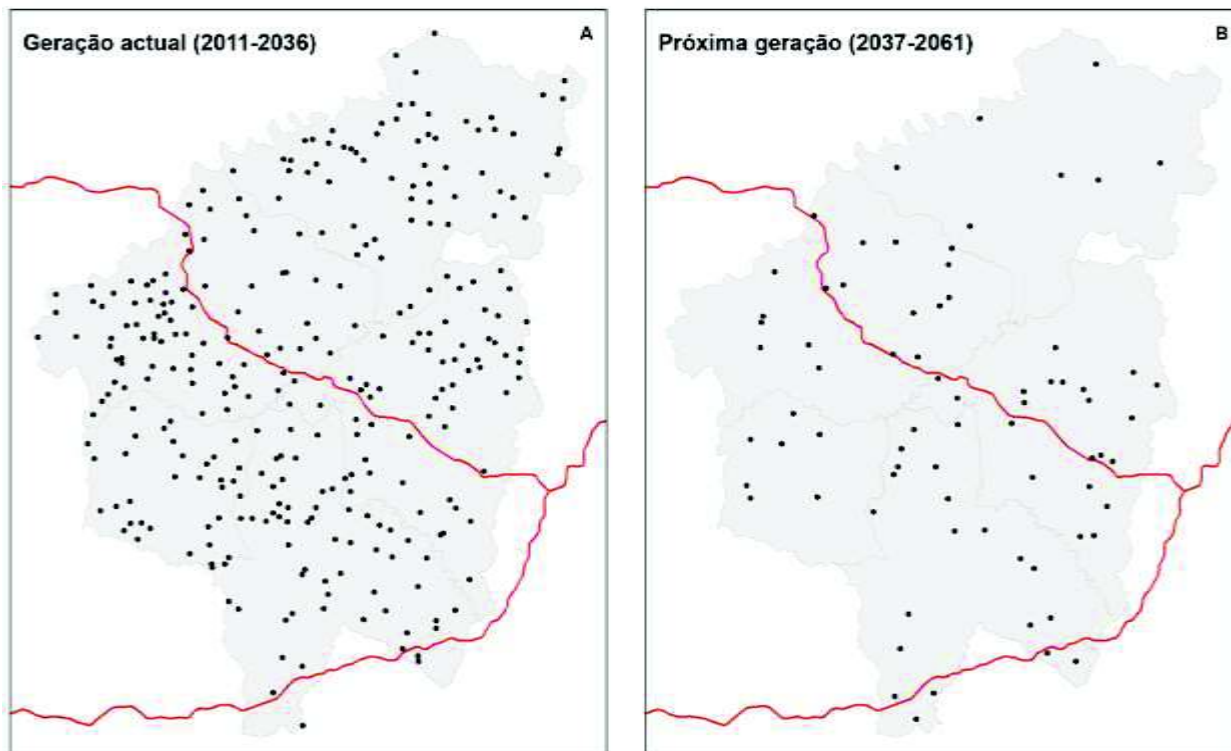


Figura 352 Lugares em risco de desaparecer no Pinhal Interior Sul



A manterem-se as condições de base deste estudo, e se nada for desenvolvido no sentido de contrariar a actual tendência, apenas 30 lugares (8%) poderão continuar a ter população para lá de duas gerações (após 2062). Em termos espaciais o fenómeno estende-se a todo o território, sendo embora mais acentuado nos municípios com maior número de lugares.

5. REFLEXÃO FINAL

A metodologia parece-nos ajustada para a análise do problema do despovoamento e esperamos poder aplicá-la num quadro regional mais amplo onde se possam validar relações espaciais de proximidade/afastamento a infra-estruturas, à rede urbana nacional, a áreas de fronteira, polos de emprego, entre outros.

Os resultados obtidos têm o propósito de reforçar o alerta para o problema do despovoamento e envelhecimento nas áreas do interior cuja tendência não regista alteração até hoje, mormente o assunto ser há muito conhecido e de reunir um consenso nacional. Se nada for feito corre-se o risco de mais de três centenas e meia de pequenos lugares ficarem totalmente despovoados no Pinhal Interior Sul, no período de duas gerações (50 anos), com as naturais consequências para a economia e o ecossistema daquele território.

6. BIBLIOGRAFIA

Amaro, R. (1985), “Reestruturações demográficas, económicas e socioculturais em curso na sociedade portuguesa: o caso dos emigrantes regressados” in *Análise Social*, Vol. XXI (87-88-89), 3.º, 4.º, 5.º, pp. 605-677.

Barreto, A. (Org.) (1996), *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

INE (Vários anos), *Recenseamentos Gerais da População e da Habitação (1960:dados retrospectivos, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011)*.

INE (1994), *Sistema Integrado de Metainformação – Conceitos*. Disponível em: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2990>

Martins, F. (2011), *Pinhal Interior Sul e o Regresso de Emigrantes (1975-2001)*, Col. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, FCG/FCT.

Pestana, D. e Velosa, S. (2010), *Introdução à probabilidade e à estatística*, Vol.1, FCG.